

Os Fins do Processo Educativo

IRENE ESTEVÃO DE OLIVEIRA
(ex-IRENE MELLO CARVALHO)

1. INTRODUÇÃO

No trabalho diário de educar um filho ou de ensinar a uma turma de alunos, pais e professores nem sempre têm presente em seus espíritos que estão atuando em um processo de cunho *social*. Quem está sendo educado é um *socius*, participante de uma sociedade complexa, integrada por vários grupos sociais, grupos estes regidos por normas, que se estruturam através dos séculos e que através dos tempos se vão alterando.

Essa conscientização de que cada educando é um *socius*, ou seja, membro de um grupo social, e a de que cada grupo tem seu comportamento regulado por usos, costumes, tradições, normas jurídicas, etc., as quais devem ser respeitadas e transmitidas às novas gerações, raramente ocorre quando, como educadores, estamos face a face de um filho ou de um grupo de estudantes. Nossa atenção nesse instante volta-se, preferentemente, para o comportamento específico que estamos observando, ou para a *matéria* que estamos tentando *ensinar*.

Perder, porém, esta *visão social* de nosso esforço, é *esva-ziar* o processo educativo; é torná-lo fragmentário e imediatista. O valor real da ação educativa é a sua *projeção no futuro*, é a sua *coerência intrínseca*, que lhe dá significado, direção e unidade.

Por outro lado, êsse *socius* que se está educando é também um *indivíduo* e uma *peessoa*. Como indivíduo é um ser

* Diretora do Departamento de Ensino da Fundação Getúlio Vargas; Professôra de Didática da Faculdade de Educação da UFRJ; Diretora do Colégio de Aplicação da UFRJ.

biológico, um organismo que cresce e se desenvolve, e cujas necessidades, relacionadas com seu crescimento e desenvolvimento, também devem ser atendidas. Como pessoa é um ser *psico-social*, que está construindo sua *personalidade*, que se está socializando e que, ainda, se está embebendo da cultura de seu grupo, isto é, se está *enculturando*.

Quantos aspectos a considerar em cada simples ato de educar! Que grande responsabilidade pesa sobre os ombros de quem quer ou precisa educar!

A percepção global e profunda do processo *educativo*, de sua *natureza*, de seus *fins* e de seus *meios*, deveria preceder e fundamentar cada *ato* educativo. Êste é um ideal que, como qualquer ideal, nunca se concretiza plenamente.

Aqui, como em todos os demais setores da atividade humana, teremos de contentar-nos com a sombra, com o esboço daquele protótipo platoniano, que a inteligência e a capacidade humanas não podem atingir.

Não sejamos porém pessimistas. Se os educadores não podem penetrar *in totum* na essência da educação, nem podem conhecer de maneira absoluta seus autênticos fins, nem dominar com maestria os meios para atingi-los, eles podem, pelo menos, fazer uma tentativa válida para ser um pouco menos ignorantes quanto àquela essência, àquelas finalidades e àquêles recursos e técnicas de educar.

Tentaremos agora fixar certos pontos básicos que, a nosso ver, orientariam o pensamento e a ação dos que estão empenhados em *entender* a educação, seu significado, seus propósitos, seus condicionantes, para agirem com menor número de erros e de equívocos.

2. A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO E COMO RESULTADO

A palavra *educação* é empregada em dois sentidos. Quando dizemos “a educação desta criança não está sendo bem orientada”, ou quando afirmamos que “a educação é um dos problemas fundamentais do Brasil”, referimo-nos cer-

tamente a um *processo*, a algo que está ocorrendo, a algo que se está *processando* através do tempo. Quando, ao contrário, alguém se queixa de que sua “educação foi falha, porque muito intelectualizada e pouco voltada para os aspectos práticos da vida”, ou quando se criticava a educação secundária brasileira porque era mais *informativa* do que *formativa*, como consequência da sobrecarga curricular e da extensão e minúcia de seus programas oficiais, certamente estavam-se considerando os *resultados* de dois diferentes processos educativos.

Propositadamente demos duplo exemplo do emprêgo da palavra *educação*, quer como *processo* quer como *resultado*. Esta duplicação visa a salientar que, nas duas hipóteses, a educação se relaciona com aspectos *sociais* e *individuais*.

O processo educativo realiza-se *na* sociedade, *pela* sociedade e *para* a sociedade. Não há grupo humano, por mais rudimentar que seja sua cultura, que não empreenda esforços, de um ou de outro tipo, para educar suas crianças e seus jovens. É, pois, um processo *universal*; e é também um processo constante e contínuo, uma vez que tal fato social *ocorre* hoje, *ocorreu* e *ocorrerá* sempre. É ainda um processo *obrigatório*, *necessário*, porque sem êle não haveria vida social, nem as aquisições culturais do grupo seriam transmitidas às novas gerações.

Se não há vida social sem educação, também não há educação sem vida social. Os casos isolados, registrados pela Sociologia, de crianças que cresceram biològicamente no isolamento ou entre animais, conhecidos como exemplos de *homo ferus*, demonstram que, aquêles sêres, de *humano* possuíam apenas a estrutura orgânica. Eram *indivíduos* e não *pessoas*, pois não estruturaram uma *personalidade* nem possuíam *cultura*, no sentido sociològico do têrmo. Seus comportamentos, suas reações não tiveram condicionamento humano nem cultura. Não foram *educadas*, não se desenvolveram psicològicamente; apenas seu organismo biològico cresceu e se desenvolveu.

De outro ângulo, êsse mesmo processo educativo é um *processo individual*. Ocorre na pessoa. É ela que se modifica, captando e assimilando as experiências que vai vivendo. Por isso, a palavra educação significa etimologicamente “conduzir para fora” (*ex-ducere*). E é óbvio que não podemos fazer aflorar aquilo que não preexiste. Trata-se, portanto, de um processo de *atualização* de potencialidades contidas no ser. Daí a relevância da herança biológica, não tendo sentido a disputa acêrca da prioridade a ser atribuída, no processo educativo, ao *meio* físico, social e cultural, de um lado, ou à *hereditariedade*, de outro. Ambos são igualmente importantes, uma vez que tal processo é simultaneamente individual e social.

A *hereditariedade* biopsicológica é a *matéria-prima* a ser transformada e aperfeiçoada pela força do *ambiente*. Êste, porém, jamais *criará* nada; apenas estimulará e reorientará os atributos e as capacidades que estavam latentes no recém-nascido.

Do ponto de vista individual, o processo educativo, além de ser *imprescindível* (para transformar o indivíduo biológico em *pessoa*, ou seja, alguém que possui uma *personalidade*, e em *socius* — membro dos grupos sociais de que participa) é ainda *contínuo*, ou seja, estende-se do nascimento à morte. Daí a célebre frase de JOHN DEWEY:

“O fim da Educação é mais Educação”.

Todo processo leva a algum resultado. Um processo jurídico leva à vitória ou à derrota nos tribunais. O processo inflacionário gera a inflação e todos os seus males, e assim por diante. Logo, o *processo* educativo (que se chama comumente de Educação) leva a um resultado que, como sabemos, também se denomina Educação).

O indivíduo é sujeito ao processo educativo para ser *educado*; a sociedade educa seus *socius* para que êles sejam *educados*.

O que será, porém, uma pessoa *educada*? Encontramo-nos agora em face de um dos mais relevantes, controvertidos e difíceis problemas pedagógicos. Ou seja, o problema dos fins do processo educativo ou o das finalidades da educação. Nosso conceito de *pessoa educada* decorrerá forçosamente dos *fins* que consideramos válidos para o processo de educar.

3. AS FINALIDADES DA EDUCAÇÃO

Compreendemos como *finalidade* um fim *último* (não imediato), *necessário*, *constante*; um fim *imane*nte ao próprio ser ou fenômeno.

A *Educação*, sendo um fato obrigatório, universal, constante tem de ter suas *finalidades*, e estas não podem ser relativas ou contingentes. Não podem, conseqüentemente, variar no tempo ou no espaço, nem de pessoa para pessoa.

Isto não ocorre com os *objetivos do ensino*. Estes se modificam através dos tempos; são diferente em cada sociedade. São diferentes, ainda, para cada nível de ensino (elementar, médio, superior), para cada ramo (acadêmico ou profissional), para cada setor do conhecimento humano (artístico, científico ou técnico).

Como, porém, captar a *essência* da Educação, para estabelecer-lhe suas finalidades? Será que algum filósofo da Educação, que algum grande pensador já conseguiu apreender tal essência e vislumbrar tais finalidades? Infelizmente não possuímos a resposta a essas tão significativas perguntas. Sabemos apenas que numerosas tentativas já foram feitas nesses sentidos, e delas retiramos uma concepção pessoal, que tentaremos agora transmitir aos nossos leitores.

PLATÃO afiançara: “O fim da Educação é o máximo e harmonioso desenvolvimento do corpo e do espírito”. Em linguagem contemporânea diríamos: “É o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade”.

Esta parece-nos ser uma finalidade que, além de *aceitável*, é *prioritária* sobre os demais fins que possam ser propostos para a Educação.

No século XX, o *desenvolvimento da personalidade* do educando é reconhecido por todos como o fim ou, pelo menos, como *um* dos fins do processo educativo.

Nem sempre, contudo, se atenta para a *forma* e a *direção* dêsse desenvolvimento. Dizendo-se desenvolvimento “harmonioso e integral”, caracteriza-se o ideal de que êle abranja equilibradamente todos os aspectos da personalidade (*orgânico-constitucional*; *afetivo-temperamental*; as reações típicas adquiridas, ou o *caráter*, em seu sentido psicológico amplo; a *inteligência*, em tôdas as suas facêtas — abstrata, espacial, verbal) e que não haja hipertrofia de um de seus aspectos em prejuízo de outro. É a concepção de JUNG, do “homem redondo”, da personalidade harmoniosamente desenvolvida, sem arestas nem reentrâncias. O processo educativo que vise a êsse “integral e harmonioso desenvolvimento da personalidade” não pode minimizar qualquer face do poliedro que, simbolicamente, representaria o conceito de *educação integral*. Esta tem de preocupar-se, igualmente, com os valores relacionados com os aspectos *físicos*, *intelectuais*, *morais*, *sociais* e *estéticos*. Tem de garantir a saúde física e mental do educando, seu desenvolvimento intelectual, sua conduta moral, seu ajustamento aos grupos e às instituições sociais, sua integração na cultura a que pertence, sua capacidade de apreciar o belo em qualquer uma de suas manifestações. . .

O desenvolvimento da personalidade, com o sentido e a direção acima propostos, raramente está presente no espírito de pais e mestres. Muitas vêzes é mal compreendido, pensando-se que promover o desenvolvimento de personalidade é *não interferir* ou *interferir o mínimo* no processo educativo. É dar ampla e completa *liberdade*; é não cercear as reações espontâneas do educando. É largá-lo a si mesmo, deixando-o enfrentar sozinho e sem orientação as experiências que a vida lhe oferece. Com medo de *frus-*

tar ou *complexar* as crianças e os jovens, quanto têm pecado, *por omissão*, aquêles que são responsáveis pela educação das novas gerações!

Da educação *coercitiva* do passado, que prejudicava o desenvolvimento da personalidade, passou-se, desorientadamente, para a educação indiscriminadamente *permissiva*, aceitando-se tudo — o certo e o errado — porque não se sabe *quando*, *como* e *onde* se pode e se deve interferir. Eis aqui a *pedra de toque* do autêntico educador, daquele que compreende sua missão e suas responsabilidades. É preciso *orientar* sem *anular*; é preciso *sugerir* e *persuadir* sem impor; é necessário às *vêzes* *proibir* e *castigar*, para que a vida depois não castigue com maior intensidade ou proíba com maior violência.

E não temamos as frustrações e os complexos! Por mais liberal que seja a educação, sempre sofremos frustrações em nossos desejos e nossas aspirações, assim como sempre teremos, consciente ou inconscientemente, sentimentos de menos ou de mais-valia, de culpa ou de êrro. Uma certa dose de *ansiedade* e de *temor* é necessária para a realização e a sobrevivência do ser humano.

Se nos realizamos e se realizamos alguma coisa, é porque tínhamos algo a desejar, algo a obter e conquistar. Se *sobrevivemos*, é porque nos protegemos e fugimos aos perigos, impelidos pelo medo, justo e sadio, das forças do mundo físico ou social que nos podem destruir ou aniquilar.

O problema não está em optar-se por uma educação *liberal* ou *autoritária*; é saber-se quando, como educadores, teremos de ser liberais ou autoritários.

Esta primeira finalidade da educação — “máximo e harmonioso desenvolvimento da personalidade” — se bem entendida e integralmente realizada, bastaria por si. Todavia, os filósofos da educação esmiúçam o problema, e apresentam, em regra, outras finalidades. JOHN DEWEY, por exemplo, em *Democracia e Educação*, dá-nos, no capí-

tulo IX, pelo menos duas finalidades: *desenvolvimento natural* e *eficiência social*, sendo que sugere ainda um terceiro objetivo: a *aquisição de cultura*.

Nesse mesmo capítulo, DEWEY discute brilhantemente a oposição aparente dessas finalidades, e mostra-nos que direção deve ser seguida para superar essa antinomia.

Embora deixando de lado a discussão filosófica do problema, não nos podemos furtar a uma análise mais profunda da questão. Partimos da premissa de que o *adequado* desenvolvimento da personalidade consubstancia todos os fins do processo educativo. Mas que critérios adotar para sabermos quando tal desenvolvimento é adequado ou não? Impõe-se, portanto, acrescentar uma outra finalidade, que seria uma espécie de corolário da primeira.

Teríamos, então, o *desenvolvimento da personalidade* e o *ajustamento* como as duas autênticas e completas finalidades da Educação. Que se entende por ajustamento? Que aspectos abrange? Como deve ser?

Tentemos agora responder a estas perguntas. . .

A pessoa ajustada está *ajustada* ao meio em que vive. Aceita seus valores, compreende-os; atua de acôrdo com as circunstâncias, reage adequadamente. . .

Mas o meio em que vivemos tem um tríplice aspecto: meio *físico*, meio *social*, meio *cultural*. Conseqüentemente, o ajustamento abrange três modalidades: *adaptação* ao meio físico, *socialização* e *enculturação*.

Êsse *ajustamento* — nos planos da adaptação, da socialização e da enculturação — não pode ser passivo, pois implicaria uma certa anulação da personalidade. Precisa ser dinâmico, inteligente, eficiente. . . Assim sendo, pressupõe uma *personalidade desenvolvida*, que sabe *quando* e *como* reagir diante dos estímulos fornecidos pelo meio físico, social e cultural.

Assim sendo, não vemos inconveniente em aceitar as duas finalidades da Educação — *desenvolvimento* e *ajustamento* — nem sentimos que uma possa prejudicar a outra,

se convenientemente atingidas. Um desenvolvimento *harmonioso* e *integral* redundaria forçosamente em ajustamento, e um ajustamento *esclarecido* e *eficiente* preexige desenvolvimento.

Sòmente não concordamos com a necessidade de acrescentar-lhes uma terceira finalidade: a aquisição de cultura. A nosso ver, tal conquista não é um *fim*, mas apenas um *meio*. Aliás é o meio necessário e suficiente. . .

É evidente que não nos referimos ao sentido corrente da palavra *cultura*, que abarcaria apenas os aspectos mais refinados das criações humanas, como as artes, a ciência e a filosofia. Estamos usando o termo em seu sentido antropológico e sociológico, como conjunto de *tôdas* as criações humanas, das mais simples às mais complexas, das mais úteis às mais nocivas, das mais particulares às mais gerais. *Desenvolvemos* nossa personalidade e nos *ajustamos* ao ambiente através, única e exclusivamente, da *aquisição de cultura*. Aprender o que quer que seja é adquirir cultura, e é pela *aprendizagem* (consciente ou inconsciente, deliberada ou não, sistemática ou assistemática) que nossa personalidade se desenvolve e que alcançamos o ajustamento.

4. ADAPTAÇÃO EFICIENTE

Certos educadores *avançados* reagem negativamente ao *ajustamento*. O homem não se deve *adaptar* ao meio físico tal como êle se lhe apresenta. Deve modificá-lo, melhorá-lo. Se mora em terras alagadas e insalubres, deve saneá-las e drená-las, ao invés de usar calçados adequados ao terreno, ou mosquiteiros nas camas e telas nas janelas. É claro que concordamos com esta diretriz, mas ela está implícita também na idéia de *adaptação eficiente*. Usaremos condicionadores de ar, construiremos pontes, retificaremos estradas, levantaremos novos e mais confortáveis edifícios de moradia, e assim por diante. Mas se nossos recursos técnicos ou econômicos não permitirem essas soluções ótimas, adaptar-nos-emos às variações climáticas

pelo vestuário e pela alimentação adequada, atravessaremos o rio em botes ou balsas, percorreremos no veículo mais apropriado a estrada íngreme e cheia de curvas, melhoraremos paulatinamente nosso precário lar dentro de nossos modestos recursos. . . Defendemos, pois, uma adaptação dinâmica, inteligente, que será de um ou de outro tipo conforme as circunstâncias.

Todavia, não é no plano da adaptação ao meio físico que a discussão é mais acalorada. Onde ela se torna viva e contundente é no nível do ajustamento aos meios social e cultural. Uma educação que procure ajustar os jovens aos grupos e às instituições sociais, de um lado, e aos padrões culturais vigentes, de outro, causa violenta repulsa a tais educadores *avançados*. Se a sociedade precisa ser reformada, se as instituições são obsoletas ou *arcaicas*, se a cultura está impregnada de preconceitos e de falsos tabus, fazer o jovem aceitar o *statu quo* seria um absurdo pedagógico.

Lembremo-nos, porém, que falamos em um *ajustamento eficiente* e não simplesmente *ajustamento*. A socialização e a enculturação também devem ser dinâmicas e inteligentes, e, assim o sendo, deverão levar o educando a aceitar os valores sociais e culturais positivos, preparando-o, contudo, para lutar, através dos meios apropriados e no momento oportuno, pelas reformas sociais e pela renovação da cultura. Não é pichando muros, nem armando arruaças que se modificam as leis; não é praticando o amor livre, vivendo no *deboche* e na promiscuidade, cultivando todos os vícios sexuais que aprimoraremos os padrões culturais relativos à vida familiar e à realização afetiva do ser humano.

Adaptação, Socialização e Enculturação — as três faces do ajustamento — serão orientadas em sentido construtivo e não destrutivo, em sentido evolutivo e não revolucionário; serão realizadas sem anulação da personalidade do educando, e sim através do seu pleno, integral e harmonioso desenvolvimento. Formaremos, na medida do pos-

sível, seres humanos livres, conscientes, esclarecidos, e não escravos de seus impulsos incontroláveis ou das forças coercitivas das *gangs* a que pertencem.

O educador precisa *compreender* os processos do desenvolvimento e do ajustamento, necessita *criar* sempre novos e mais adequados meios para orientar tais processos; mas tal compreensão e tal criação pressupõem, como ponto de partida, uma visão nítida dos fins do processo educativo.

Nossa contribuição para análise dêste problema acaba de ser exposta. Esperemos que seja de algum valor para os jovens e futuros educadores, e que os experimentados mestres colaborem, com suas ricas vivências, para um estudo cada vez melhor e sempre mais profundo dêste tema que, por sua significação, é realmente o maior e o primeiro problema no campo da Educação.